

l) Autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 500 000;

m) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 1 000 000;

n) Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 79.º e no n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 500 000;

o) Autorizar o pagamento de encargos de anos anteriores até ao montante de € 200 000;

p) Autorizar a equiparação a bolseiro no País, nos termos do previsto nos n.ºs 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e 1 do artigo 8.º do Despacho Normativo n.º 18/2001, de 19 de Abril;

q) Autorizar deslocações ao estrangeiro sem encargos para a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça ou, tendo encargos, sejam de duração até cinco dias, bem como as que se realizem no âmbito de projectos já superiormente aprovados;

r) Autorizar o pagamento das indemnizações devidas para compensação de danos causados a terceiros, ocasionados em acidentes de viação em que sejam intervenientes veículos da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2007, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo inspector-geral dos Serviços de Justiça, Prof. Doutor Américo Fernando Brás Carlos, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação de competências, até à data da sua publicação.

3 de Julho de 2007. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 17 477/2007

Por meu despacho de 25 de Maio de 2007, na sequência da entrada em vigor da Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, e do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho, designei, pelo período de dois anos, os seguintes coordenadores de equipa, por considerar que detêm o perfil adequado à criteriosa gestão das respectivas equipas:

Com efeitos a 1 de Maio de 2007:

Delegação Regional do Norte:

Equipa do Ave — António Duarte Martins Magalhães;
Equipa do Douro — Maria Manuela Mateus Azevedo;
Equipa de Entre Douro e Vouga — Jorge Augusto Mota Fraga;
Equipa de Porto Penal 1 — José Manuel Martins Gomes;
Equipa de Porto Penal 2 — Ana Marina Ribeiro S. Monteiro Costa;
Equipa de Porto Penal 3 — Maria Helena Silva Marques Santos;
Equipa de Porto Penal 4 — Rosa Maria Tavares F. Pinto Freitas;
Equipa de Porto Penal 5 — Alda Maria Lopes A. Madeira;
Equipa de Porto/TE — Maria Leopoldina Moura Santos;
Equipa de Porto EP — Maria Angélica Ferreira M. Pinto Costa;
Equipa do Tâmega — Isabel Maria Martins M. Ferreira Ramos;
Equipa de Alto Trás-os-Montes — Maria Antónia Henriques Machado;

Equipa de Mirandela VE — Salomão Coelho Abreu;
Equipa de Porto VE — Susana M. Silva Gonçalves Pinto Desport;
Equipa do Cávado — Rui Manuel Teixeira Fernandes.

Delegação Regional do Centro:

Equipa do Baixo Vouga — Maria Irene Leite Vidal;
Equipa de Beira Norte — Maria Filomena Ferreira J. A. Silva;
Equipa de Beira Sul — João Manuel Batista Gonçalves;
Equipa de Guarda VE — Paula Maria Moura Madeira;
Equipa de Dão Lafões — Maria da Conceição Martins Pereira;
Equipa do Baixo Mondego 1 — Maria Céu Ferreira Cotrim;
Equipa do Baixo Mondego 2 — Augusto Rosado Neves;
Equipa do Médio Tejo — José Manuel Martins Torres;
Equipa do Oeste — Maria Paula Fernandes Almeida Redondo;
Equipa do Oeste EP — Ana Cristina Teixeira Silva;
Equipa do Pinhal Litoral — Edite de Jesus Mendes;
Equipa de Coimbra VE — Fernando António Batista Fernandes.

Delegação Regional de Lisboa:

Equipa de Lisboa TE 1 — Maria Leonor Gonçalves Fechas;
Equipa de Lisboa TE 2 — Ana Maria Cruz Lavado;
Equipa de Lisboa Penal 1 — Maria da Assunção Carmo Alves;
Equipa de Lisboa Penal 2 — Maria Eugénia Gonçalves Lé;
Equipa de Lisboa Penal 3 — Maria Manuela Paulino Ramos;
Equipa de Lisboa Penal 4 — Maria Margarida Batista Silva;
Equipa de Lisboa Penal 5 — Maria Teresa Teixeira Silva Lagoa;
Equipa de Lisboa Penal 6 — Ana Teresa Violante Calado;

Equipa de Lezíria do Tejo — António Manuel Casca Marques;
Equipa de Lisboa EP 1 — Zulmira Jesus Viana Carvalho;
Equipa de Lisboa EP 2 — Ana Maria Vasconcelos Fonseca;
Equipa de Lisboa EP 3 — Ana Maria Mascarenhas Santos;
Equipa de Setúbal 1 — Sílvia Alexandra Pinto Henriques Silva;
Equipa de Setúbal 2 — Carlos José Duarte Henriques;
Equipa de Setúbal 3 — Paula Maria Gaspar Rodrigues Silva;
Equipa de Setúbal VE — Maria da Conceição Freire Mourato;
Equipa de Lisboa VE — Jorge Manuel Lopes Romão.

Delegação Regional do Alentejo:

Equipa do Alentejo — Maria Filomena Alves Pires;
Equipa do Alentejo Litoral — Zélia Maria Moleiro Chambel Ceia;
Equipa de Alentejo VE — Iolanda Santa Bárbara Neves Cabral.

Delegação Regional do Algarve:

Equipa de Algarve 1 — Maria Aliete Conceição Pedra Cabrita;
Equipa de Algarve 2 — Isa Maria Correia Serôdio Gomes;
Equipa de Algarve VE — Carlos Jorge Baltasar Rosa Silva.

Delegação Regional dos Açores:

Equipa dos Açores — Maria do Natal Almeida Sousa.

Delegação Regional da Madeira:

Equipa da Madeira — Maria Teresa Menezes.

Centro Educativo Padre António de Oliveira:

Equipa de Programas — Sandra Maria Ventura Delgado Borba;
Equipa Técnica Residencial — Ana Paula Cardoso Lapa Barreiros.

Centro Educativo Santo António:

Equipa de Programas — Maria Emília Almeida Monteiro Alves Moreira;
Equipa Técnica Residencial — António Miguel Coelho Viana.

Centro Educativo São Bernardino:

Equipa Técnica Residencial — Maria Filomena Ascensão Marchão de Carvalho Teixeira.

Centro Educativo Alberto Souto:

Equipa Técnica Residencial — Susana Maria Santos Gameiro Matos.

Centro Educativo da Bela Vista:

Equipa de Programas — Maria Carolina Tito Morais Pereira Oliveira Garcia;
Equipa Técnica Residencial — Eva Maria Câmara Pestana Veiga Alves Costa Teixeira.

Centro Educativo do Mondego:

Equipa de Programas — Eugénia Maria Azevedo Ferreira Pereira;
Equipa Técnica Residencial — Alda Isabel Ascensão Fonseca.

Centro Educativo dos Olivais:

Equipa de Programas — Amadeu Firmino Queimadela Baptista;
Equipa Técnica Residencial — Isabel Maria Ribeiro Almeida Campos.

Com efeitos a 1 de Junho de 2007:

Equipa do Pinhal Litoral — Isabel Maria Simão Ferreira Bento Soares;
Equipa de Lezíria do Tejo — Alexandra Maria Oliveira Anísio.

Centro Educativo Navarro de Paiva:

Equipa Técnica Residencial — Paulo Jorge dos Santos Rio.

16 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17 478/2007

Por meu despacho de 25 de Maio de 2007, na sequência da entrada em vigor da Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeei os seguintes dirigentes, em regime de substituição, tendo em vista a abertura de processo concursal e por considerar que têm o perfil adequado à criteriosa gestão da respectiva unidade orgânica:

Direcção intermédia de 1.º grau:

Eva Maria Fernandes — directora de serviços da Área Penal (DSAP);

João Henriques d'Oliveira Cóias — director de serviços da Área Tutelar Educativa (DSATE);

Nuno Manuel Peres Franco Caiado — director de serviços da Vigilância Electrónica (DSVE);

Afonso Nunes Pereira Assis — director de serviços Financeiros e do Património (DSFP);

Fernando Augusto Gomes Assunção — director de serviços de Recursos Humanos (DSRH);

Telmo Manuel Medeiros Pinto — delegado regional do Norte (DRN);

Francisco José Moreira Navalho — delegado regional do Centro (DRC);

Oriana Conceição Moniz Furtado Lourenço — delegada regional de Lisboa (DRL);

João Filipe Castelo Branco Cunha — delegado regional do Algarve (DRAL) e, em acumulação, delegado regional do Alentejo (DRALT);

António Samuel Correia Freitas — delegado regional da Madeira (DRM);

Nuno Manuel Matias Silva Ferreira — delegado regional dos Açores (DRA);

Rui Manuel Silva Ramos Bahia — director do Centro Educativo de Santo António (CESA);

Jorge Humberto de Jesus Oliveira — director do Centro Educativo do Mondego (CEM);

Maria Alice Vilhena Maia Júlio — directora do Centro Educativo Dr. Alberto Souto (CEAS);

Ana Maria Pinto Matos — directora do Centro Educativo dos Olivais (CEO);

António Marcos Sampainho Matos Marinheiro — director do Centro Educativo Padre António de Oliveira (CEPAO) e, em acumulação, director do Centro Educativo da Bela Vista (CEVB);

António Rogério Cabral Canhões — director do Centro Educativo Navarro de Paiva (CENP);

Isabel Maria Sousa Morgado Vargas — directora do Centro Educativo São Bernardino (CESB);

José Luís Mendes — director do Centro Educativo de Vila Fernando (CEVF), todos com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007.

Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes — director de Serviços de Estudos e Planeamento (DSEP), com efeitos a 28 de Maio de 2007.

Direcção intermédia de 2.º grau:

Alexandra Cristina Duarte Martins José Silva Ribeiro — chefe da Divisão de Gestão de Pessoal (DGP);

Francisco José Santos Roque Valentim — chefe do Gabinete de Informática (GI);

Isa Maria Jesus Rodrigues Silva — chefe da Divisão da Biblioteca e Informação (DBI);

Luís Filipe Branco Caridade — chefe da Divisão de Património (DP);

Natércia Silva Fortunato — chefe da Divisão Jurídica e Auditoria (DJA);

Paulo Jorge António Barreto — chefe da Divisão de Gestão Financeira (DIF);

Fernando Mariz Dias Ferreira — director do Núcleo de Apoio Técnico da DRN (NAT);

Maria Esmeralda Brito Pereira Coelho — directora do Núcleo de Apoio Técnico da DRC (NAT);

Teresa Augusta Oliveira Nunes Barros Ruão — directora do Núcleo de Apoio Técnico da DRL (NAT);

Ana Cristina Gonçalves Ilhéu — directora do Núcleo de Apoio Técnico da DRAL (NAT), com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007.

16 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho n.º 17 479/2007

Em cumprimento do disposto do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Ana Lúcia Cabrita Guerreiro possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços) da Direcção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a licenciada Ana Lúcia Cabrita Guerreiro, assessora principal, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — Ana Lúcia Cabrita Guerreiro.

Data de nascimento — 10 de Janeiro de 1966.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão de Empresas, pela Universidade do Algarve, concluída no ano 1989.

Pós-graduação em Gestão Empresarial, pela Universidade do Algarve, concluída no ano 2001.

Actividade profissional:

Desde Janeiro de 2004 até à presente data, vem exercendo na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve as funções de directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, que integra as áreas financeira, recursos humanos, aprovisionamento e expediente.

Desde Abril de 2001 e até Dezembro de 2003, exerceu na Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve funções de directora dos Serviços Administrativos e Financeiros.

Desde Fevereiro de 2001 e até Abril de 2001, exerceu na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais as funções de coordenadora do GCAT — Gabinete de Coordenação e Apoio Técnico.

Desde Outubro de 1989 e até Janeiro de 2001, exerceu as funções de técnica superior, em acumulação com as de coordenadora do Euro Info Center Algarve (EIC), serviço especializado em informação europeia, dirigido às empresas, instalado na Comissão de Coordenação da Região do Algarve, pertencente à rede comunitária de EIC da DG Empresa da Comissão Europeia.

Actividade profissional complementar:

Exerce desde 1994 as funções de assistente convidada na Universidade do Algarve, na Faculdade de Economia, onde lecciona as disciplinas de Economia Portuguesa e Europeia e de Princípios Gerais de Contabilidade.

Exerceu até 2001 a actividade de formadora, tendo ministrado várias acções de formação subordinadas aos temas Contabilidade Geral e Fiscalidade, Contabilidade com Aplicação à Informática, Gestão Financeira e Incentivos e Formalidades.

Formação profissional:

Frequência do curso de formação profissional FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, com a duração de 120 horas.

Frequência de vários cursos de formação profissional em diversas áreas da Gestão Pública como o Contrato Individual de Trabalho, o Regime de Aquisições de Bens e Serviços, o Regime Jurídico das Empreitadas, o POC-P, Inventário e Cadastro de Bens do Estado, as Técnicas de Liderança, o Direito Administrativo, entre outros.

Participação em múltiplos seminários, colóquios e conferências sobre sistemas de incentivos, engenharia financeira, moeda única, mercado interno, quadros comunitários de apoio, política empresarial, cooperação entre empresas, mercado de trabalho no século XIX, entre outros.